

IJ00279/2

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO S
Coordenação Estadual do Planejamento
Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo

ALFREDO CHAVES

RELATÓRIO MUNICIPAL
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

IJ00279
6673/1985
Ex.1

1800279

344
6578



RELATÓRIO MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
GRUPO EXECUTIVO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

RELATÓRIO MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES



DEZEMBRO/84

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gerson Camata

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

Orlando Caliman

GRUPO EXECUTIVO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO

José Teófilo de Oliveira

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Manoel Rodrigues Martins Filho - Diretor Superintendente

Antonio Luis Caus - Coordenador Técnico

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO

Carlos Teixeira de Campos Júnior

PESQUISA DE CAMPO

Augusto César Gobbi Fraga

Marcos Benevenuto Neves

Renato de Castro Gama

ELABORAÇÃO

Marcos Benevenuto Neves

AGRADECIMENTO

A equipe de elaboração e todos os participantes do PDRI agradecem

- aos supervisores e técnicos dos Escritórios Locais da EMATER,
- aos presidentes ou membros de Diretorias de Sindicatos,
- aos agentes do MEPES (Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo),
- aos agentes das Igrejas que nos receberam e
- aos produtores rurais, por terem, de forma tão atenciosa, nos recebido para as entrevistas.

Gostaríamos de deixar claro que, sem esta preciosa colaboração, não seria possível a realização deste trabalho.

ÍNDICE	PÁGINA
1. INTRODUÇÃO	6
2. ASPECTOS HISTÓRICOS E CONDICIONANTES NATURAIS	10
3. PRINCIPAIS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	11
4. ESTRUTURA FUNDIÁRIA	13
5. RELAÇÕES DE TRABALHO	14
6. CONDIÇÕES TÉCNICAS DA PRODUÇÃO	16
7. SETORES DE PRODUÇÃO	17
8. COMERCIALIZAÇÃO	30
9. CONCLUSÕES	37
ANEXOS	41
Anexo I: Tabelas	
Anexo II: Setores e Dados Censitários	

Na dinâmica da elaboração dos PDRI's (Programas de Desenvolvimento Regional Integrado) das várias Regiões-Programa em que o Estado do Espírito Santo está oficialmente dividido, os *Relatórios Municipais* ocupam lugar de destaque.

Como o próprio nome indica, originalmente surgiram em decorrência da preocupação de se organizar e sistematizar as informações trabalhadas em escritório e colhidas em campo. Num primeiro momento, o Relatório Municipal cumpriu a função de um documento de trabalho, em vista da elaboração dos Relatórios Regionais. Com o passar do tempo, principalmente após a mudança do governo estadual em 1983, os Relatórios Municipais começaram a ter destaque no trabalho do PDRI devido sua demanda pelas prefeituras municipais e outros órgãos estaduais, em especial a Secretaria de Agricultura.

Quanto à metodologia utilizada no seu desenvolvimento, destacam-se os seguintes passos e considerações:

- a) Levantamento de dados secundários para a preparação da viagem a campo.

Inicialmente foi definida uma série de dados (perfil da produção, estrutura fundiária, relações de trabalho, etc.) a serem coletados no Censo Agropecuário e em outras fontes, como os dados organizados por computador, a partir da Folha de Coleta do Censo. De posse desses dados, com a devida discussão de suas principais tendências e determinações, ter-se-ia uma primeira aproximação da realidade agropecuária do município em questão. Desta forma, cada subequipe de viagem iria a campo com as informações secundárias organizadas num documento de trabalho.

b) Realização da viagem a campo.

Todos os municípios que têm alguma expressão agrícola foram visitados nesta viagem: Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Anchieta, Cariacica, Domingos Martins, Fundão, Guarapari, Ibirapu, Pijuma, Santa Leopoldina, Santa Teresa, Serra e Viana.

A principal razão da viagem foi a coleta de dados junto às principais entidades atuantes em cada município (EMATER, sindicatos, cooperativas, associações de produtores, MEPES, Igreja, etc.) e entrevista a produtores locais mais representativos de sua categoria: pequenos proprietários, parceiros, em alguns casos assalariados permanentes e assalariados temporários, além dos volantes.

Cabe ressaltar neste item a fundamentalidade do contato com os técnicos da EMATER local, tendo em vista sua larga experiência junto aos produtores. Deveu-se a eles, outrossim, o mapeamento das principais culturas que se desenvolvem no município¹. Além disso, as informações básicas sobre o município, no que diz respeito à sua realidade agropecuária.

Para a realização do PDRI da Região-Programa I de Vitória, foi introduzida uma série de contatos com produtores locais representativos², objetivando um aprofundamento ainda maior do conhecimento do real, apreendido através das instituições contatadas, na medida em que o discurso do produtor expressa de forma mais efetiva a complexidade de sua realidade vivida no dia-a-dia.

Depois dos dados (primários e secundários) coletados e trabalhados, de finindo-se a estrutura do relatório, partiu-se para sua redação.

¹Este mapeamento constitui-se a base espacial para a definição das várias formas de produção agropecuária do município. O critério de importância das culturas foi definido com base na maior ou menor renda gerada para um determinado grupo de produtores locais.

²Este passo metodológico não foi realizado, quando da elaboração dos relatórios regionais anteriores.

Há que se destacar a terminologia utilizada ao longo do texto, sendo que alguns conceitos são fundamentais para sua compreensão, especialmente:

- *Setor de Produção*: caracteriza-se pelo espaço geo-econômico (inicialmente mapeado pelo técnico da EMATER), no qual desenvolve-se uma ou mais culturas principais, secundárias, embrionárias, etc. Tais culturas e/ou atividades podem estar combinadas ou em processo de exclusão (ex. de culturas combinadas: café, milho, feijão; de exclusão: cana, cereais).
- *Bolsões*: no interior dos setores de produção pode surgir uma cultura e/ou atividade, contrastante com a hegemônica, que tenha expressividade de naquela área específica. Neste caso, esta determinação espacial é denominada bolsão.
- *Setores Censitários*: constituem-se a unidade espacial de mensuração e coleta de dados da FIBGE; isto é, o espaço do território municipal possível de ser percorrido por um recenseador, definido por um número limite de unidades de coleta. A importância dos setores censitários está em que, a partir dos dados tomados das Folhas de Coleta da FIBGE, depois de processados, foram organizados³ obedecendo àquela unidade. Desta forma, para os principais estudos do espaço considerado, o setor censitário é um importante referencial de observação, a partir do qual se inferirá ou se levantará hipóteses acerca da realidade.

Do ponto de vista da estrutura e conteúdo dos *Relatórios*, pensou-se numa primeira apresentação ("Estrutura da produção agropecuária do município") do município ao leitor, considerando suas principais atividades agropecuárias, bem como a evolução das principais referências de análise: estrutura fundiária, relações de trabalho e tecnologia utilizada na produção. No caso de o fenômeno demográfico ter especial significação, é tra

³Estrutura fundiária por área e número de estabelecimentos; área de lavouras permanentes; área de lavouras temporárias; população ocupada por estrato; número de tratores; população bovina, suína e de aves.

tado neste momento do texto.

Depois de o município haver sido caracterizado em suas constituições mais gerais, passa-se a trabalhar os setores de produção. Neste momento, suas determinações mais gerais ganham força e concretude nos movimentos específicos, internos ao município. Trata-se de um trabalho que pretende ser de caráter analítico, em que se procurará garantir: a) as especificidades das culturas e/ou atividades no interior de cada setor de produção e b) suas articulações inter-setores; c) uma análise do processo produtivo assentado nas referências básicas: estrutura fundiária, relações de trabalho e tecnologia utilizada na produção (entendendo-se as especificidades de cada setor, tenta-se a compreensão global do município).

Depois de se esgotar razoavelmente a reflexão sobre o processo produtivo, passa-se ao entendimento do processo de realização da produção.

Na esfera da comercialização dos produtos agropecuários, procurar-se-á descrever as características de cada produto ou grupo de produtos, destacando-se: a cadeia de intermediação; principais firmas ou agentes de comercialização; principais formas de subordinação da produção; idem para formas de controle do mercado (mono-oligopólio/oligopsonio), entre outros.

É importante assinalar que o redator, ao escrever o item "Comercialização", não está preocupado com análises teóricas, mas tão-somente com a descrição da realidade observada e apreendida.

Fechando o texto, as "Conclusões" têm o objetivo de captar as principais determinações existentes no município, do ponto de vista do processo produtivo e da realização da produção agropecuária, enfatizando os pontos de estrangulamento específicos daquela realidade sócio-econômica. Caso seja possível, tentar-se-á esboçar algumas tendências gerais.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS E CONDICIONANTES NATURAIS

Quanto ao início da ocupação do município, pode-se dizer que esta foi fundamentalmente favorecida pelo rio Benevente que deu possibilidades de penetração aos imigrantes italianos, onde fundaram a povoação de Alto Benevente no ano de 1880. Posteriormente, o distrito teve a denominação de Alfredo Chaves, sendo em seguida desmembrado do então município de Benevente. Com o decreto estadual de 24 de janeiro de 1891, o distrito foi elevado à categoria de município.

No começo desse século (1910), Alfredo Chaves foi beneficiado pela Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, mais precisamente a partir da conclusão do trecho ligando Matilde a Cachoeiro de Itapemirim, que constituiu-se o meio fundamental para o escoamento de sua produção agrícola.

No que tange a certos condicionantes naturais, verifica-se, por exemplo, um relevo bem acidentado, apresentando uma topografia bastante montanhosa e fortemente ondulada. Existe apenas 13% da área total do município abaixo dos 30% de declividade e 87% acima de 30%, sendo, entretanto, uma porção de 70% da área municipal acima dos 50% de declividade.

O tipo de solo predominante é o *latossolo*, apresentando uma fertilidade com variações de média a baixa. Além deste, encontra-se também, de maneira mais reduzida, os solos tipo *Combissólico* (localizados em algumas áreas montanhosas escarpadas), que são pouco desenvolvidos, de baixa fertilidade e bem ácidos. Pode-se dizer que o clima subtropical úmido abrange grande parte do município. Nessas áreas observa-se o inverno úmido, não apresentando déficit hídrico ao longo do ano, e as culturas de feijão, milho e olerícolas adaptam-se bem a essas condições climáticas. Tem-se também, em algumas áreas situadas a leste do município, o clima tropical.

3.

PRINCIPAIS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Com relação a este aspecto, pode-se evidenciar que a bananicultura, seguida pela cafeicultura, pecuária e olericultura, representa o arcabouço de sustentação, dinamizando a economia do município.

Fazendo-se uma breve análise sobre a banana, tem-se, segundo informações censitárias, que no ano de 1960 a quantidade produzida no município foi de 2.522,7 toneladas¹; em 1970 saltou para 4.286,8 toneladas, chegando em 1980 a 12.342 toneladas. Ao mesmo tempo, a área colhida de banana elevou-se 98% entre 1960 - 1970, e 160% de 1970 - 1980, quando computou-se neste ano uma área colhida de 2.465ha.

A cafeicultura em Alfredo Chaves também não ficou isenta, quanto ao impacto advindo da política de erradicação dos cafezais, ocorrida após meados da década de sessenta e início dos anos setenta.

Tanto em termos de quantidade produzida, quanto em área colhida, observa-se que: a quantidade passou de 2.033 toneladas em 1960, para 924 toneladas em 1970, continuando em declínio até meados da década. A partir de então, registrou-se um considerável aumento, mas, mesmo assim, a quantidade produzida em 1980 foi menor do que aquela registrada em 1960.² Fato semelhante ocorreu quanto à área colhida, só que em maiores proporções, ou seja: passou de 3.390ha para 1.848ha, uma queda de 45,5% em vinte anos (1960 - 1980).

Do ponto de vista da utilização do solo com lavoura permanente, observa-se que a informação censitária mais recente reafirma a grande importância dos estabelecimentos situados no estrato de área 0 - 50ha. Cerca de 52,7% da área de lavoura permanente do município, que foi de 7.841ha, encontrava-se neste estrato.

¹ Vide Tabela 01 no item anexo.

² Houve uma diminuição em torno de 12.4 toneladas de café de 1960 a 1980 (Tabela 01).

Quanto à pecuária, predominantemente leiteira e situada nas áreas mais baixas do município, pode-se dizer que o início de sua importância comercial aparece nos estabelecimentos acima de 10ha. Para se ter uma melhor visualização da distribuição do efetivo bovino no município em 1980, tem-se que: de um total de 15.863 cabeças, registrou-se na faixa de área 10-50ha uma média de 40% do efetivo, sendo seguida pelos estabelecimentos com áreas variando entre 50-100ha e + 100ha, onde cada um apresentou, respectivamente, cerca de 30% do número de bovinos existentes no município.

A área de pastagens em 1960³ perfazia 28% da área ocupada com estabelecimentos agropecuários em Alfredo Chaves. Sofreu uma elevação de dez pontos percentuais até 1970, e acusou uma média de 48,4% no ano de 1980. Por outro lado, apesar desse aumento na área considerada, observa-se que a densidade de bovinos/ha de pastagens foi inferior à média estadual em 1980, que foi 0,93, como mostra o quadro abaixo:

MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES
EVOLUÇÃO DA DENSIDADE DE BOVINOS

ANO	ÁREA PASTAGENS/ha (1)	EFETIVO BOVINO (2)	2/1
1960	13.668	8.761	0,640
1970	18.079	11.747	0,650
1975	21.654	17.733	0,819
1980	20.399	15.963	0,783

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários - 1960/1970/1975/1980.

Entretanto, considera-se uma relação de mais de 1 bovino/ha como sendo de elevada densidade, o que não é o caso do município considerado.

³Vide tabela nº 02 no item anexo.

4.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA

O município de Alfredo Chaves não apresentou alterações relevantes na formação da estrutura fundiária. No geral, de 1960 até 1980, houve um aumento no número de estabelecimentos, passando de 945 propriedades rurais para 1.100⁴. Enquanto isso, a área total ocupada por estes estabelecimentos apresentou durante as duas décadas consideradas um decréscimo de apenas 5%. Mas o que caracteriza este item diz respeito ao aspecto da desconcentração fundiária, comparando-se com grande parte dos municípios do Estado. Merece grande ênfase os pequenos estabelecimentos (10 - 50ha), que representam 56% do número total de propriedades, englobando 34% do total da área agrícola ocupada do município. Nota-se que este destaque prevalece desde 1960 para o estrato considerado e que, se se associar a este os micro-estabelecimentos (0 - 10ha), chega-se à conclusão de que em 1980 cerca de 68% das propriedades possuem não mais que 50ha.

Dentre outros fatores que reforçam a importância do estrato 10 - 50ha, pode-se evidenciar o peso significativo da mão-de-obra alocada no setor agropecuário para este estrato. Do total do pessoal ocupado, têm-se uma média de 50%, e passando-se a considerar também os estabelecimentos de 0 - 10ha, esse percentual salta para pouco mais de 60%.

Sintetizando, no que tange à área apropriada, observa-se a situação preponderante dos pequenos e médios estabelecimentos, respectivamente 0-50ha e 50-100ha, em que conseguem aglutinar 60% da área total ocupada, que é de 49.910ha.

⁴Vide tabela nº 03, no item anexo.

Um fato importante refere-se à variação do total da população ocupada nos estabelecimentos rurais em Alfredo Chaves. Esta, portanto, apresentou-se quase que estabilizada durante a década de sessenta, diminuindo apenas 1% de 1960 para 1970. Entretanto, um aumento significativo, em torno de 20%, foi apontado pelos dados de 1980⁵.

A mão-de-obra familiar do proprietário é destacadamente a forma de trabalho mais utilizada, sendo inerente ao processo de produção agrícola existente no município. Encontra-se cerca de 70% dos trabalhadores rurais nesta categoria. A mão-de-obra familiar relaciona-se estreitamente com a olericultura e a bananicultura, sendo que na primeira de forma exclusiva, onde somente esta forma é utilizada durante a atividade produtiva. E no caso da bananicultura, apresenta-se em todos os estabelecimentos produtores; entretanto, conjuga-se também nas propriedades acima de 10ha com a parceria. O uso de *diaristas* em dias de colheita é comum nos estabelecimentos com média e grande produção de banana. A adoção de assalariamento temporário é bem esporádica, ocorrendo também em períodos de colheita nos estabelecimentos que possuem grandes áreas de banana em produção. Isto ocorre sob um contrato de empreitada.

A utilização da forma de parceria é bem menos intensa que a mão-de-obra familiar do proprietário, sendo encontrada também na cafeicultura. Além deste fato, nas épocas de colheita do café, geralmente nos estabelecimentos acima de 50ha, utiliza-se conjuntamente o assalariamento temporário; para uma tarefa menos prolongada, costuma-se pagar "camarada" (diarista).

O assalariamento permanente ocorre na pecuária, basicamente para o trabalho de manejo do gado. Muitas vezes o trabalhador permanente (vaqueiro)

⁵Para uma melhor visualização da distribuição do pessoal ocupado no setor agropecuário do município, por categoria, vide tabela 04 anexa.

desempenha serviços de empreitada na propriedade (limpeza de pasto, ajustamento de cercas, etc.).

As culturas de subsistência, no caso o milho e o feijão, são consorciadas com a banana durante o período de formação do bananal, e com o café. Geralmente a lavoura branca de subsistência é desenvolvida com a utilização da força-de-trabalho dos membros da família e do parceiro.

Para uma melhor visualização da distribuição do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais por estrato de área (vide quadro), tem-se que:

MUNICÍPIO	ESTRATOS (ha)								TOTAL
	0 - 10		10 - 50		50 - 100		+ 100		
	PESS. OCUP.	%	PESS. OCUP.	%	PESS. OCUP.	%	PESS. OCUP.	%	
Alfredo Chaves	400	9,5	2.157	51,1	869	20,6%	787	18,6	4.213

de um total de 4.213 pessoas (ano de 1980), uma média de 51,1% dos trabalhadores encontravam-se alocados nas propriedades de 10-50ha. Quando associa-se esta média ao estrato de micro-estabelecimentos, o percentual eleva-se para 60,6%, uma cifra bastante significativa.

6.

CONDIÇÕES TÉCNICAS DA PRODUÇÃO

Um condicionante natural que influi decisivamente na baixa utilização de instrumentos mecanizados é o alto grau de declividade existente na grande maioria das áreas do município. O uso de tratores e arados fica praticamente impossibilitado devido a esta circunstância. Daí o resultado obtido no ano de 1980, onde chegou-se a uma proporção que aproximadamente apenas 3% dos estabelecimentos utilizaram tratores, e a uma cifra ainda menor para o uso de arados⁶.

Os pequenos estabelecimentos, situados na faixa de área de 10 - 50ha, foram os que mais se utilizaram de tratores no município. De um total de 32, computados em 1980 para Alfredo Chaves, tinha-se que 60% destes encontravam-se no estrato considerado.

O uso de fertilizantes é bastante significativo no município, sendo consumidos em grande escala nas culturas de café e principalmente pela banana.

A média dos estabelecimentos agropecuários que utilizaram fertilizantes no município, mostrou-se sempre superior à média registrada para o Estado, nos anos de 1960, 1970 e 1980⁷. A partir da metade da década de setenta o uso de adubação química tornou-se superior à orgânica, chegando-se em 1980 a um resultado em que 59,1% dos estabelecimentos absorveram só o primeiro tipo de adubação, contra 38,3% dos que utilizaram só o segundo.

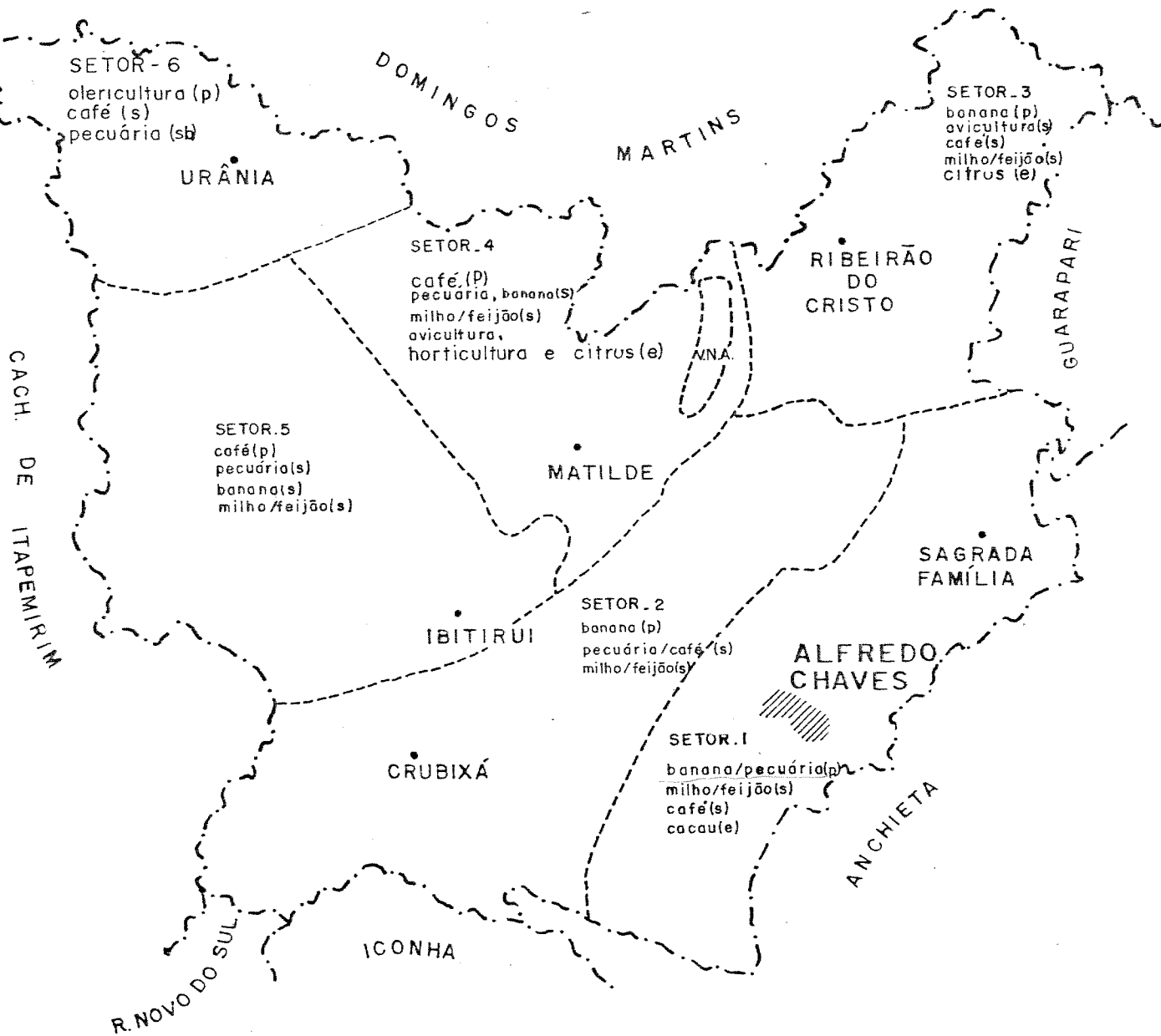
O consumo de defensivos (agrotóxicos) está destacadamente imputado à olericultura, crescendo rapidamente durante a década passada, chegando a ser utilizados só nas lavouras, por mais de 40% dos estabelecimentos do município.

⁶Vide tabelas 05 e 06 em anexo.

⁷Vide tabelas 07 e 08 em anexo.

MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES

Setores de produção



CONVENÇÕES

- LIMITE DE MUNICÍPIO
- //// SEDE MUNICIPAL
- DIVISÃO DE SETORES

p. principal
s. secundária
e. embrionária
sb. subsistência
V.N.A. várzea não aproveitada



7.

SETORES DE PRODUÇÃO

SETOR 01

O setor de produção nº 01 localiza-se mais precisamente a sudeste de Alfredo Chaves, onde engloba também a sede municipal. Limita-se a leste com Anchieta, possuindo como atividades agropecuárias mais relevantes a bovinocultura e bananicultura (principais), e o milho, feijão e café, como sendo culturas secundárias, principalmente no que tange à renda gerada. A cacauicultura, embora recente, possui perspectiva de expansão em algumas áreas do setor.

A fertilidade do solo é considerada média, tendo-se também um período de chuvas com menor intensidade em relação ao município, acarretando às vezes alguns problemas, principalmente para a bananicultura.

Do extremo-norte do setor até a localidade de Santa Maria da Rosa, bem como no extremo-sul do mesmo, em áreas próximas a Joêba, encontra-se espacializada a banana. Estas áreas são pontos tradicionais desta cultura, apresentando um relevo bastante acidentado, e pontos com elevadas cotas de altitude.

A pecuária existente no setor é a mais importante do município, podendo-se destacar exclusivamente o tipo leiteira. Esta absorve também o maior grau de tecnificação, se comparada ao restante da pecuária municipal. Distribui-se espacialmente sobre as áreas de baixada, geralmente na porção central do setor e ao longo do vale do rio Benevente.

Em termos do número de estabelecimentos, existe a dominância destacada dos situados no estrato de 10 - 50ha, sendo as propriedades pecuaristas maiores que os bananicultoras, no que tange à área apropriada.

A utilização do assalariado permanente, no caso a figura do "vaqueiro", destinado ao manejo do gado, constitui-se uma forma tradicional de utilização de mão-de-obra na pecuária. Geralmente ganha salário mínimo e, na maioria das vezes, o proprietário da terra não o permite cultivar qualquer lavoura de subsistência, exceto a criação de alguns animais de pequeno porte.

O assalariamento temporário começa a ocorrer com maior frequência nos maiores estabelecimentos, geralmente no desempenho de tarefas na forma de empreitada (consertos de cerca, limpeza de pasto, etc.).

Chega-se a utilizar, em alguns casos, durante certos períodos de estio, a manutenção em semi-confinamento do gado leiteiro para um melhor tratamento. A seleção do rebanho e o uso de herbicida nas pastagens é mais significativo neste setor.

As culturas do milho e do feijão apresentam-se consorciadas com a banana⁸ e/ou com o café. São produzidas com a utilização da mão-de-obra familiar do proprietário ou em parceria, sendo basicamente para fins de subsistência.

O sistema de parceria geralmente é utilizado na forma de contrato legal, existindo também na cacauicultura.

Pode-se dizer que a combinação das duas atividades principais, banana e pecuária leiteira, não gera implicações, uma vez que possuem dinâmismos independentes e adaptações naturais diferentes.

⁸Com o intuito de se evitar repetições ao longo do texto, optou-se por apresentar os aspectos do processo produtivo desta cultura nos setores seguintes.

OBSERVAÇÃO

Os setores de produção 02 e 03 vão ser tratados conjuntamente por apresentarem características em comum, fundamentalmente no que diz respeito à cultura principal, no caso a banana. Não constatou-se diferenças significativas sobre os diversos fatores condicionantes da produção desta cultura; além disso, as considerações que tangem à dinâmica (produção e comercialização) deste cultivo, são válidas não só para os setores 02 e 03, mas também para o setor 01 (banana/pecuária e, de uma maneira geral, em todos os pontos do município onde a bananicultura desenvolve-se em caráter comercial). Vale dizer que as especificidades de cada setor, referentes às atividades secundárias, embrionárias e potenciais, serão salientadas para um possível entendimento mais global dos mesmos.

SETORES 02 e 03

Em termos gerais, para se ter uma idéia da distribuição e maior intensidade quanto à localização das atividades agropecuárias consideradas, procurou-se fazer uma espacialização, chegando-se ao seguinte resultado: do extremo-sul do setor 02 até pouco mais da metade do mesmo (Fazenda Barra do Batatal), encontra-se a combinação banana/café/pecuária de leite. Basicamente a partir desse ponto até o extremo-norte do setor 03, a banana prata destaca-se unitariamente como a principal cultura em termos de renda gerada, quantidade produzida, área colhida, além de ser um cultivo que absorve a maior parcela da mão-de-obra existente nos setores.

As áreas ocupadas com banana e café são elevadas e destacadamente predominantes. As culturas de milho e feijão são normalmente consorciadas ao café e durante a formação do bananal. Já a pecuária leiteira comercial distribui-se nas baixadas do setor 02.

O bolsão de avicultura existente no setor 03 é de grande revelância, na medida em que contribui com grande parte na produção de frangos e aves do município.

A citricultura emergente, centrada em áreas situadas no extremo-norte do setor 03, apresenta perspectiva de expansão, tendo em vista condições climáticas favoráveis a esse cultivo. Um ponto revelante é a situação compensadora a nível de mercado e preço para tais produtos.

A conformação da estrutura fundiária, quanto ao número de estabelecimentos concernente aos dois setores, evidencia isoladamente a dominância do estrato de área 10 - 50ha, ou seja, os pequenos estabelecimentos. Pode-se dizer também que a maior concentração dos micro-estabelecimentos (0 - 10ha) existentes no município encontra-se mais precisamente acima da localidade de Alto Batatal (Setor de Produção 03).

Quanto à área apropriada, tem-se uma estrutura bem mais variada, concentrando-se a dominância nos estratos 10 - 50ha e + 100ha, respectivamente, pequenos e grandes estabelecimentos. Já os médios estabelecimentos (50 - 100ha) são sub-dominantes, isto é, englobam nos dois setores uma porção de terra bem inferior a dos estratos dominantes.

A bananicultura existente nos estabelecimentos cuja área varia de 0 - 15ha, quase sempre absorve somente mão-de-obra familiar do proprietário, desde a etapa de plantio até a colheita. Nas propriedades acima de 15ha, além da relação citada, acrescenta-se também o sistema de parceria e a utilização de diaristas.

A parceria ocorre basicamente de duas formas: uma delas é a *parceria de lavoura*, quando o parceiro não reside no estabelecimento onde realiza-se o cultivo. Este caso é mais comum na banana. A outra maneira constitui-se no inverso da anterior, isto é: quando o parceiro reside na propriedade, *parceiro de casa*, sendo mais freqüente na cafeicultura. Vale lembrar que ambas as formas geralmente garantem a divisão do produto final à *meia*, exceto nos casos onde exista o fornecimento de fertilizantes por parte do parceiro, ou adiantamento em dinheiro feito pelo proprietário da terra, ocorrendo nesses casos outra forma de repartição do produto, como por exemplo a terça.

Muitas vezes os parceiros *meeiros*, tanto no café como na banana, trabalham sob contrato legal, que normalmente possui validade de cinco (5) anos. Por outro lado, esses trabalhadores agrícolas dificilmente conseguem tomar empréstimos oficiais junto às instituições bancárias. A falta de acesso à terra funciona como fator preponderante para tal situação.

As culturas de milho e feijão, que na maioria das vezes aparecem consorciadas ao café ou ao bananal em seu período de formação, geralmente desempenham dois papéis: o caso mais comum e já citado é quando essas atividades atuam na manutenção (sobrevivência) do próprio parceiro e/ou da mão-de-obra familiar do pequeno proprietário (função de subsistência). O segundo caso, desempenha um caráter de complementação de renda, isto é: nos estabelecimentos que são médios e grandes produtores, normalmente

executa-se o plantio dessas culturas, com o intuito também de se obter uma parcela significativa da produção de milho e feijão, possível de ser comercializada. Vale dizer que essas atividades não constituem a fonte principal de renda do estabelecimento rural.

Ainda com relação à forma de parceria na bananicultura, tem-se um aspecto interessante: muitas vezes o *parceiro de lavoura* é representado por um pequeno proprietário, ou seja: ocorre quando uma ou mais pessoas de um determinado grupo familiar possui disponibilidade de tempo no próprio estabelecimento, em decorrência do ritmo de trabalho nos cultivos. Este fato permite a essas pessoas a formação de uma outra lavoura em propriedades vizinhas.

Nas plantações de banana, os parceiros fazem a demarcação das áreas por eles exploradas, através de uma linha imaginária onde os limites funcionam rigorosamente.

Pode-se evidenciar a importância da *troca-de-dia* de trabalho na bananicultura, principalmente nos dias de colheita. Este aspecto envolve os membros do grupo familiar e também parceiros.

Nos estabelecimentos onde a produção de banana é maior, torna-se característico a absorção do trabalhador *diarista*, também nos dias de colheita. Normalmente o contrato verbal entre o proprietário da terra e o trabalhador diarista é caracterizado "a seco", ou seja, o contratante não fornece alimentação ao contratado.

Quanto aos condicionantes técnicos presentes na bananicultura, destaca-se a grande intensidade de adubação química, possivelmente ligada à fertilidade natural do solo, onde exige melhorias na qualidade, tendo como resultado um produto com melhor aparência, permitindo também um ganho de produtividade.

Em termos de tecnologia alternativa, constata-se o uso de um meio de transporte conhecido como "zorra", sendo capaz de deslocar morro abaixo uma quantidade entre 200 - 300kg de banana.

Observa-se a existência de crédito bancário normalmente para custeio, sendo o aval a forma de garantia exigida pelas instituições formais. Em circunstâncias onde o produtor precisa hipotecar a propriedade para a obtenção de financiamento, observa-se que raramente ocorre casos de perda do estabelecimento.

Conclui-se que um fato muito importante observado, não são nos dois setores apresentados, mas geralmente nas áreas tradicionais de banana do município, o aspecto da substituição desta cultura pelo café nos últimos anos. Dentre os motivos que ocasionaram tal situação, destaca-se com expressividade um ponto: o alastramento da doença "mal do Panamá", que destruiu uma grande parte do bananal existente, permanecendo até hoje sem qualquer controle eficaz. E uma outra consequência de menor amplitude refere-se às elevações do preço de mercado do café nos anos recentes. Vale dizer que opta-se pela substituição da banana pelo café, somente quando a bananeira contrai a doença, tornando-se inviável a tentativa de replantio.

SETORES 04 e 05

Os dois setores possuem semelhanças de grande peso, permitindo também uma abordagem conjunta, onde, dessa forma, procurou-se evitar possíveis repetições acerca de algumas características.

O setor de produção 04 limita-se ao norte com o município de Domingos Martins e ao sul com o setor 05. Este, por sua vez, limita-se também ao sul com o município de Cachoeiro de Itapemirim.

A cafeicultura desponta nos dois setores como atividade principal em termos de renda gerada e área colhida, além de ser a maior absorvedora da mão-de-obra existente nessas áreas.

A banana encontra-se espacializada somente no extremo-leste dos setores. Mais precisamente, do extremo-nordeste do setor 04, até às imediações do distrito de Ibitiruí (setor 05); geralmente essas áreas são prolongamentos exclusivos de banana (setores 02 e 03), onde guardam os mesmos condicionantes da produção, até mesmo quanto ao aspecto da estrutura fundiária, semelhante à destes setores adjacentes.

Com exceção da ligeira faixa ocupada pela banana, o restante das áreas compreendidas pelos setores 04 e 05 apresentam uma conformação fundiária onde os estabelecimentos acima de 100ha são dominantes em termos de área apropriada, seguidos em menor escala pelos encontrados na faixa de 50-100ha. Porém, observa-se que os proprietários considerados pequenos (10-50ha) destacam-se no que se refere à quantidade, ou seja: sendo dominantes apenas em termos de número. São acompanhados com menor importância pelos estabelecimentos entre 50-100ha.

Normalmente na cafeicultura aparece o relacionamento mão-de-obra familiar do proprietário como parceria (*meeiro*), no que tange ao processo produtivo. É também comum, nos médios e grandes estabelecimentos, a utilização de diaristas (*camarada*) e/ou menor escala o assalariado temporário sob a forma de empreitada. A utilização de diaristas dá-se quase sempre na época de colheita do café, onde registra-se uma intensa demanda por força de trabalho.

A "parceria de casa", em que o meeiro reside no estabelecimento do proprietário, é tradicionalmente mais comum na lavoura cafeeira, ao contrário da banana, onde muitas vezes os parceiros são também pequenos proprietários, desenvolvendo um duplo papel, ou seja: trabalham em suas propriedades e formam também lavouras de banana com terceiros.

Ainda no que tange à parceria na cafeicultura, tem-se, quanto ao resultado do produto final, a divisão à terça, quando o parceiro arca com os custos provenientes da compra de insumos. Quando o proprietário fornece o adubo e defensivos, a divisão realiza-se à meia. Vale lembrar a grande subordinação do parceiro ao proprietário em virtude da posse da terra. Normalmente nos maiores estabelecimentos, os parceiros não chegam nem a comercializar suas partes, entregando-as ao proprietário em decorrência de um contrato verbal firmado anteriormente, ou, na maioria das vezes, devido ao alto grau de endividamento em consequência de adiantamentos em dinheiro contraídos com o proprietário.

Pode-se dizer que as produções de milho e feijão, nestes maiores estabelecimentos cafeeiros, estão no bojo deste processo. Quando não são entregues totalmente ao proprietário, são repartidas entre este e o parceiro. Normalmente os proprietários dispõem de veículos, facilitando a comercialização na sede do município.

Observa-se a inexistência da política de preços mínimos do Governo Federal (AGF e EGF), para grãos, no município.

A utilização de crédito para custeio destinado ao café é feita, na maioria das vezes, pelos médios e grandes estabelecimentos.

Constata-se o uso de mudas selecionadas⁹ de café, provenientes de viveiros de Alto Santa Maria (Domingos Martins), Venda Nova, entre outros.

⁹Ver tabelas "condições técnicas da produção" para o café (11 e 12 no item anexo).

A pecuária existente tem menor importância, se comparada a outras atividades encontradas nos setores. Concentra-se no setor 05, nas proximidades de Ibitiruí e no setor 04, apresentando-se mais pulverizada. A produção de leite é pouco representativa, bem como a quantidade de bovinos destinada ao abate. Não se pode caracterizar essa pecuária estritamente como sendo mista, porque inexistente um caráter empresarial na comercialização do gado. A figura do pecuarista - invernista, ou proprietários que comercializam um número significativo de bovinos, não é comum nos setores considerados, nem no município como um todo. Vale dizer que os bovinos são comercializados diretamente com açougues (em localidades e na sede municipal), ou com algum pequeno abatedouro clandestino. A comercialização de bovinos com frigoríficos é muito esporádica.

No setor 04 tem-se a existência de algumas granjas, cultivo embrionário de horticultura (folhosos), nas proximidades de Rio Fundo, onde a produção dos micro-estabelecimentos geralmente é vendida em feiras. A citricultura é emergente, com perspectiva de expansão.

Sem dúvida, os cafeeiros assentados nestas áreas, com predominância da variedade arábica, correspondem à maior parte da produção municipal, tendo em vista que os setores considerados são pontos tradicionais desta cultura. Nestas áreas, onde o café apresenta-se unitariamente como atividade principal, não se vislumbra alterações significativas do atual quadro.

SETOR 06

Localiza-se no ponto mais elevado do município; suas áreas apresentam cotas de altitude pouco acima dos 1.000 metros, abrangendo a porção Noroeste de Alfredo Chaves.

A ocorrência de erosão do solo mostra-se com maior propensão nestas áreas, embora atualmente já exista uma maior conscientização, por parte dos produtores, no sentido de evitarem a adoção de métodos que tendem a agravar o fenômeno. O desmatamento é bem mais esporádico, sendo que algumas culturas geralmente encontram-se plantadas em curva de nível. Além da erosão, a fertilidade natural do solo nas áreas compreendidas por este setor é de baixa qualidade, considerado o pior solo do município.

Sem dúvida, a olericultura desponta como a principal atividade agrícola¹⁰, embora já tenha uma certa tradição neste setor. Pode-se dizer que essas áreas são as que menos se identificam com o restante do município, onde prevalece em grande escala a bananicultura, seguida pelo café, pecuária leiteira, etc. Basicamente a produção olerícola municipal concentra-se neste setor, predominando o cultivo de inhame, batata, tomate e outras leguminosas.

Um outro fato característico desse setor é a expressiva quantidade de terras inaproveitadas, sendo consequência de um relevo altamente acidentado, impossibilitando em grande escala a penetração de atividades agrícolas. Geralmente nas propriedades existentes, observa-se que somente uma pequena parcela de suas terras são absorvidas com lavoura, não chegando nem a 30% da área total das propriedades.

¹⁰A exploração olerícola é atividade predominante em vários aspectos: renda gerada, área colhida, quantidade produzida e tempo de trabalho despendido no processo produtivo.

No que tange à estrutura fundiária, encontra-se a dominância em termos de número de estabelecimentos no estrato de 10 - 50ha. Entretanto, quanto à área apropriada pelos proprietários, o quadro modifica-se, apontando os estabelecimentos acima de 100ha como dominantes e os compreendidos entre 50 - 100ha como sub-dominantes.

No caso da olericultura, durante todo o processo produtivo é empregada a mão-de-obra familiar do proprietário, sendo o assalariamento inexpressivo, apresentando-se apenas em casos de preparação do terreno. Planta-se uma determinada área possível de ser cultivada pelos próprios membros do grupo familiar. Normalmente, um grupo com 5 (cinco) membros consegue cultivar entre 6 - 7ha de horticultura, exceto a cultura do tomate que retém mão-de-obra intensamente, plantando-se neste sentido uma área menor.

As mulheres desempenham as mesmas tarefas que as dos homens e as crianças começam a trabalhar na lavoura aos 6 (seis) anos de idade. Vale dizer, em relação ao município, que apenas nas atividades referentes à olericultura é que o trabalho da mulher é constantemente o mesmo que o do homem. Em outras culturas, como no café, banana, etc., este ocorre mais no período de capina e esporadicamente na relação de parceira da lavoura.

Formas de ajuda mútua, como troca de dia de trabalho, mutirão, etc., são quase que inexistentes, pois neste setor olerícola do município o ritmo da produção é incessante, no que tange à demanda por força de trabalho, impossibilitando liberações temporárias de membros de um determinado grupo familiar para execução de tarefas em estabelecimentos de outros proprietários.

É bem inexpressiva a ocorrência de relações de trabalho na forma de assalariamento, ou mesmo parceria; até na cafeicultura existente, que não é relevante, utiliza-se também mão-de-obra familiar durante o processo produtivo.

Dentre os condicionantes técnicos da produção, observa-se que a principal característica da lavoura olerícola é o intenso uso de defensivos agrícolas (agrotóxicos). São na cultura de tomate, pulveriza-se de duas a três vezes por semana em dias prolongados de chuva.

Em termos de preparo da terra, usa-se comumente a aração animal, sendo mais ocasional a adoção do micro-tractor, em decorrência do relevo acentuadíssimo. Adubação química e/ou uso de esterco de galinha, mostra-se com frequência, sendo o plantio e a colheita realizados manualmente.

O café do setor 06 é também da variedade *arábica*, funcionando como uma atividade secundária, geralmente mais no sentido de complementação de renda. A área plantada é pequena, embora já exista perspectiva de expansão em virtude da queda de preço (em termos reais) dos produtos olerícolas e dos altos custos de produção dos mesmos. Não ocorre beneficiamento do café nas localidades.

A pecuária assume um caráter meramente de subsistência, não existindo linhas de leite nas localidades do setor. Além disso, a quantidade produzida é muito pequena, sendo consumida *in-natura* ou transformada artesanalmente em queijo nos próprios estabelecimentos.

Somente uma minoria de produtores tem acesso ao crédito oficial direcionado para custeio; esta situação agrava-se ainda mais, visto que neste setor existe pouca escrituração legal dos estabelecimentos. Geralmente quando ocorre a concessão de crédito, este não atrela-se ao tamanho da propriedade rural; a forma de garantia exigida pelos órgãos oficiais normalmente é o aval.

Pode-se observar que a olericultura é unitariamente a atividade principal encontrada no setor, despontando no momento o cultivo de inhame, como uma possibilidade de lucro a custos de produção reduzidos.

A fruticultura de regiões temperadas tem grande potencialidade neste setor, pois as condições climáticas são favoráveis a este tipo de cultivo.

8,

COMERCIALIZAÇÃO

BANANA

O processo de comercialização da banana obedece a uma rígida cadeia de intermediação, tendo como mola-mestra algumas firmas de comercialização, que funcionam como um arcabouço de sustentação dessa estrutura. Essas empresas usam as mais variadas formas de atuação para a compra e venda da banana, conformando até uma certa estrutura oligopsônica de mercado que as fortalecem ainda mais, em detrimento cada vez mais da capacidade de barganha dos produtores.

Pode-se observar com maiores detalhes o escoamento da produção após a colheita até o seu destino para fora do Estado da seguinte maneira: os produtores vendem a banana em cachos e por kg. Os primeiros compradores são agentes intermediários que geralmente têm áreas específicas de atuação, onde combinam também os dias de recolhimento da banana com os produtores, geralmente atendendo aos interesses das firmas. Estes agentes são intermediários não produtores e/ou médios e grandes produtores de banana que possuem veículos para transportar a mercadoria das propriedades até os galpões das firmas, normalmente situados na sede do município de Alfredo Chaves, ou na sede de municípios vizinhos, caso a firma se localize nestes.

No momento da compra da banana os agentes intermediários descontam no preço a ser pago ao produtor o frete de transporte e quando entregam esta mercadoria a determinada firma, recebem um adicional em dinheiro por kg de banana, além do frete pago pelas firmas. Esse adicional é previamente combinado através de um acordo informal entre os inúmeros agentes intermediários e as firmas especializadas na comercialização, que de uma maneira geral, só compram banana em seus depósitos. Esta estratégia de não comprarem diretamente nas propriedades, evita, em próprio benefício, uma maior soma de custos com transporte e pessoal. Além disso, uma determinada firma estabelece através de seus agentes compradores sua influência junto a produtores de diversos lugares.

Após a chegada da produção aos galpões das firmas, inicia-se o processo de despencamento, lavagem e encaixotamento da banana (caixa de 15kg), sendo rapidamente enviada para as CEASA's do Rio de Janeiro e/ou Belo Horizonte. Normalmente todas as firmas possuem veículos (caminhões e carretas) para esse transporte, dispondo também de lojas/câmaras de climatização nas CEASA's de destino.

Pode-se dizer que cerca de 80% da produção de banana de Alfredo Chaves é comercializada na CEASA - RJ.

As firmas exercem um forte esquema sobre a formação do preço interno¹¹ da banana. Elas atuam conjuntamente, estruturando um "pacto" para a determinação e controle desse preço, além de já terem, geralmente, uma definição de mercado. Vale dizer que em período de menor produção de banana, ocorre conflitos entre essas firmas, no sentido de se obter uma maior fração do mercado produtor.

Normalmente o preço de revenda, ou seja, o recebido pelas firmas nas CEASA's de outros Estados, é bastante superior ao preço pago aos produtores. Através desta grande diferença, mecanismo via preço, é que as firmas extraem a maior parte do excedente gerado na produção da banana em detrimento dos produtores.

Observa-se que os meses de maior produção de banana acabam funcionando como um instrumento, que permite às firmas um maior poder na fixação do preço máximo a ser pago aos produtores, devido ao aumento da produção e da perecibilidade da banana, alargando ainda mais a vulnerabilidade dos produtores em relação às firmas. Com isto, elas orientam os intermediários compradores para exigirem um produto de melhor qualidade, aumentando, neste sentido, o percentual de refugo por cacho de banana e, finalmente, efetuando o pagamento até 30 dias após o recebimento do produto.

As firmas especializadas na comercialização de banana que atuam com maior frequência em Alfredo Chaves são:

¹¹Preço de mercado nas áreas ou municípios produtores de banana onde atuam as firmas especializadas na comercialização.

- Araponga Frutas, Santiago Frutas e Brasil Frutas (Alfredo Chaves)
- Estrela D'Alva, UBES e Grande Rio (Iconha)
- Banana Real (Guarapari)

COOPBEL

A Cooperativa de Bananicultores de Alfredo Chaves (COOPBEL) foi constituída em 14/11/81, resultando da transformação da então Associação de Produtores de Banana do Espírito Santo (APROBES), que funcionou a partir do ano de 1980.

A fundação dessa Cooperativa veio de um longo processo de discussão que mobilizou cerca de 140 produtores de banana (entre eles, alguns de municípios vizinhos), tendo o respaldo do MEPES (Movimento Educacional Promocional do Espírito Santo).

Definiu-se como objetivos iniciais da COOPBEL, a necessidade de se obter melhores informações sobre o mercado consumidor para a banana prata, reivindicar a elaboração de melhores técnicas de produção, particularmente quanto ao combate às doenças existentes e, fundamentalmente, entrar no processo de comercialização, funcionando como uma alternativa frente ao esquema (cadeia de comercialização) imposto e mantido pelas firmas existentes.

Nesse sentido, a COOPBEL desenvolveu várias reuniões tentando arregimentar forças necessárias para comercializar a produção de seus cooperados junto à CEASA - RJ. Conseguiu-se estabelecer um acordo com a COAGRI (Cooperativa Agropecuária de Itaguaí), do Estado do RJ, onde dispunha de duas câmaras de climatização com larga capacidade ociosa, na CEASA - RJ. Assim, começou-se a vender a produção para essa Cooperativa, pagando-se a um transportador o frete entre Alfredo Chaves e a CEASA - RJ, evitando-se dessa maneira o circuito tradicional criado pelas firmas.

Este movimento teve efeitos imediatos e significativos, notadamente nos preços recebidos pelos produtores. / Pode-se observar que em dezembro de 1981 as firmas pagavam cerca de Cr\$ 14 por kg de banana. Quando a Cooperativa enviou o primeiro carregamento de banana à COAGRI, conseguiu-se um preço de Cr\$ 21 por kg.

Em virtude deste processo, as firmas também aumentaram o preço pago ao produtor; mas, por sua vez, implementaram tentativas de boicote ao movimento Cooperativista.

Por problemas de infra-estrutura, a COOPBEL interrompeu durante algum tempo o seu processo de comercialização de banana. Deve, entretanto, retornar a este circuito, assim que os problemas intrínsecos à comercialização estiverem sanados, como por exemplo: a compra de câmaras de climatização, construção do galpão, etc.

CAFÉ

A produção cafeeira desenvolvida em Alfredo Chaves vincula-se a uma cadeia de comercialização com semelhanças às existentes em outros municípios. Tendo como característica um forte esquema de intermediação.

Normalmente os pequenos produtores vendem a produção de café em coco, recebendo a prazo, entre 30 - 60 dias. Os primeiros receptores (centralizadores locais) conseguem muitas vezes açambarcar a produção de determinadas áreas específicas; são, na maioria das vezes, grandes proprietários. Dentre estes, os que alcançam posições favoráveis neste processo, em consequência da obtenção de melhores condições técnicas (máquinas de beneficiamento e demais implementos), conseguem comercializar uma quantidade significativa, diretamente com compradores regionais (Vitória), representantes muitas vezes dos interesses de intermediários exportadores de Vitória.

Uma parte da produção cafeeira é beneficiada fora do município. Normalmente abrange as produções de pequenos cafeicultores, ou até mesmo, alguns centralizadores locais, que não possuem condições técnicas suficientes para realizarem tal processo de melhoramento do produto. Alguns compradores regionais de Castelo ou de Vitória, adquirem esta parcela da produção municipal, executam o processo de beneficiamento e comercializam com exportadores de Vitória.

CARNE E LEITE

- CARNE

A comercialização de carne bovina em Alfredo Chaves realiza-se basicamente com açougues (situados em localizadas próximas e na sede municipal), ou com algum pequeno abatedouro clandestino. A atuação de frigoríficos é bem esporádica.

- LEITE

Quase toda produção leiteira do município é vendida primeiramente à CLAC (Cooperativa Leiteira de Alfredo Chaves), em que chega inclusive a formar uma certa estrutura monopsônica para a compra interna desse produto. Sua influência estende-se também a grande parte dos municípios de Anchieta, Iconha e Guarapari.

O processo de resfriamento do leite é a única forma de beneficiamento sofrida pela produção ao entrar na CLAC, onde, no momento seguinte, é enviada exclusivamente para a CCPL de Viana através de veículos (caminhões) pertencentes à própria CLAC.

O estabelecimento do vínculo entre produtores e a CLAC não se diferencia muito da forma tradicional de atuação das cooperativas leiteiras no Estado, onde acontece da seguinte maneira: primeiramente para se tornar cooperado, o produtor deve assinar um termo de admissão com a CLAC, que por sua vez, só adquire a produção dos próprios associados. O recolhimento do leite é feito diariamente em diversos pontos do município, exceto nas áreas compreendida pelo setor 06, onde não existe "linhas de leite" da CLAC, devido à insuficiente produção a níveis comerciais. O transporte do leite do interior à sede do município é também realizado por veículos

da própria Cooperativa, sendo bem mais raro encontrar intermediário (carreiros autônomos) nessa etapa da comercialização, junto à CLAC.

Ao final de cada mês, a Cooperativa realiza o pagamento dos respectivos associados. Nesse momento de "acerto de contas", são deduzidos na cota de fornecimento do associado o custo de transporte (frete) e os serviços prestados, como: assistência veterinária e atendimento do setor de consumo da CLAC (supermercado e venda de artigos em geral para pecuária).

A Cooperativa não opera com financiamentos para seus associados, tampouco trabalha com linhas de crédito oficial; a origem dos recursos encontra-se na atividade de compra e revenda da produção leiteira.

Dentre os planos de expansão da Cooperativa, tem-se concretamente a instalação de uma fábrica de transformação (queijo, manteiga, etc.), com perspectiva de operação ainda no corrente ano.

Pode-se dizer que a questão do preço do litro de leite é de fundamental importância nesse processo de comercialização. E a CLAC possui uma margem favorável de manobra, apesar da estipulação do preço de revenda, feito, no caso, pela CCPL. O mecanismo usado pela CLAC consiste em tentar abaixar ao máximo o preço pago aos *cooperados*, para com isso lucrar no diferencial existente entre o preço de revenda e o preço pago ao produtor.

OLERÍCOLAS

Este subitem refere-se basicamente ao setor 06, pelo fato de englobar a maior parte das áreas onde se cultivava essas leguminosas, com o objetivo comercial.

Pode-se dizer que toda a produção olerícola é enviada à CEASA-ES (Centrais de Abastecimento do Espírito Santo), onde é comercializada com os mais diversos varejistas, como por exemplo: feirantes, donos de supermercados, quitandeiros, etc.

O processo de escoamento da zona produtora até a CEASA ocorre nestas áreas sem uma forte incidência de intermediários. Combate-se a incidência de três (3) *fretistas*, que são produtores - intermediários, localizados em comunidades do próprio setor. Não é comum a existência de produtores que possuem veículos com capacidade para efetuar o transporte até a CEASA; assim sendo, estes intermediários reúnem a produção de diversas pessoas, cobrando o frete de transporte por produtor, variando também em função da distância a ser percorrida. Muitas vezes os produtores acompanham estes fretistas até a CEASA, permitindo dessa forma melhores preços para seus produtores, na medida em que eles próprios executam a venda. Também ocorre com bastante frequência casos em que o fretista fica com a incumbência de vender a produção por ele transportada à CEASA. Ao retornar, presta conta aos produtores, apresentando os preços conseguidos para as olerícolas, geralmente abaixo do preço realizado.

Observa-se que estes intermediários possuem também outra margem de ganho atuando neste circuito. No momento em que retornam da CEASA, compram as caixas vazias já usadas, revendendo-as nas zonas produtoras a um preço mais elevado, normalmente o mesmo preço da caixa nova adquirida fora das áreas olericultoras do município.

A alta perecibilidade dos produtos olerícolas, conjugada às péssimas condições da estrada que liga São Bento de Urânia (principal localidade do setor 06) à BR-262, coloca-se também como um entrave para os produtores, onde, muitas vezes, perde-se a produção por falta de condições de escoamento.

9.

CONCLUSÕES

Pode-se notar que o município de Alfredo Chaves caracteriza-se como predominantemente bananicultor, destacando-se hoje basicamente o cultivo da variedade *prata*. A atividade de produção e comercialização dessa cultura imprime a dinâmica capaz de funcionar como sustentáculo da economia municipal.

Alguns elementos evidenciam a grande importância deste fato, destacando-se inicialmente como a principal atividade geradora de renda, além de absorver a maior parte da população ocupada nos estabelecimentos rurais. Em termos de área colhida e quantidade produzida, a banana também é destaque. O resultado do último censo agropecuário (1980) mostrou que a quantidade produzida de banana no município quase que triplicou em dez anos.

Além disso, o mesmo recenseamento apontou, com dados bastante nivelados, que os municípios que mais produziram banana no Estado foram Alfredo Chaves e Guarapari.

Do ponto de vista da estrutura fundiária, observou-se, de uma maneira geral, uma significativa estabilidade. Basicamente entre 1960 - 1980, houve um acréscimo de 15% no número total de estabelecimentos agropecuários, sendo que a área total ocupada por estas propriedades apresentou-se sem modificações consideráveis no mesmo período.

No bojo da conformação fundiária rural, destaca-se a presença dos pequenos estabelecimentos, 10 - 50ha, que aglutinam pouco mais de 50% do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários do município. Além disso, englobam uma fração relevante, em torno de 32% da área total.

A bananicultura é preponderante neste estrato de área, enquanto outras atividades, como pecuária leiteira e olericultura, relacionam-se mais estreitamente com os médios e grandes estabelecimentos, respectivamente, os situados entre 50 - 100ha e + 100ha.

No que tange às relações de trabalho, vale lembrar o peso marcante da categoria "mão-de-obra familiar do proprietário" no desempenho da produção agrícola. Pode-se dizer que aproximadamente 68% do pessoal ocupado nos estabelecimentos agrícolas encontra-se na categoria citada. Nesse sentido, observa-se que a maioria da força-de-trabalho acha-se fixada nas propriedades agropecuárias. A mobilidade interna (municipal) de mão-de-obra é baixa, existindo com maior frequência em períodos mais específicos da etapa produtiva, como na colheita da banana e do café. A arregimentação de diaristas e, em menor escala, utilização de assalariados temporários, é feita em localidades distritais ou mais comumente na sede do município. Vale lembrar que esses trabalhadores formam apenas um pequeno contingente sem grande expressão, se analisar a condição (categoria) em que se encontra toda a população ocupada no setor agropecuário.

Alguns reflexos da modernização da agricultura geraram efeitos evidentes de mudança na produção agrícola municipal, principalmente no decorrer da década de setenta. O ponto fundamental está intimamente ligado à quimização agrícola, principalmente o uso de fertilizantes na bananicultura e na cafeicultura e defensivos na olericultura.

Este fato tem, de certa forma, uma ligação com a existência de crédito para custeio, com encargos financeiros bem mais reduzidos, durante alguns anos da década de setenta, além de se ter conseguido adquirir esses insumos agrícolas a custos bem mais baixos, comparando-se com os elevados preços atuais.

A questão da comercialização constitui-se na maior *barreira* com que se deparam os produtores do município, principalmente por um fato existente, característico neste processo, qual seja: a influência marcante da

intermediação. Tal existência contribui acentuadamente para a deterioração da renda dos produtores, mais intensamente a dos pequenos, que na maioria das vezes não possuem instrumentos necessários, entre eles, meios de transporte, máquinas agrícolas, etc., para que consigam ultrapassar certos agentes intermediários interpostos na etapa de comercialização da produção.

No que diz respeito à comercialização da banana, observa-se o esquema mais rígido, mais contundente de intermediação, imputado diretamente às firmas especializadas que atuam no município. Elas têm um verdadeiro poder sobre o mercado, desde a representatividade junto aos produtores, através de seus agentes intermediários, até a capacidade de marcação do preço a ser pago internamente. Este último ponto é de grande valia para essas firmas especializadas na comercialização, uma vez que, através desse controle, elas conseguem uma margem de manobra que influi diretamente no aumento de seus lucros. Isto é, por meio do diferencial existente entre o preço pago aos produtores e o preço de revenda.

No geral, um outro aspecto de grande destaque observado a nível da situação agropecuária municipal, está intimamente ligado às áreas onde desenvolve-se a bananicultura. Ou seja, às questões relacionadas com as conseqüências advindas do *mal-do-panamá*, doença que fez desaparecer uma parcela significativa dos bananais existentes, em virtude de sua disseminação ocorrida nos últimos anos, permanecendo até hoje sem solução eficaz.

A decorrência lógica desse processo foi, e ainda continua existindo, a substituição de culturas, no caso, banana por café. Isto porque torna-se certamente inviável a tentativa de reimplantação de novos bananais em solos anteriormente já contaminados pela doença. Entretanto, a opção de se cultivar o café nessas áreas, tradicionalmente bananiculoras, vai de encontro com a capacidade de adaptação natural de certas variedades de café em áreas elevadas e, fundamentalmente, o preço do mercado desse produto que tem registrado elevações satisfatórias.

Vale ressaltar que se faz essa opção de substituição, caso haja algum tipo de efeito que inviabilize economicamente o cultivo da banana. Nesse sentido, observa-se que a bananicultura continua sendo a principal atividade do município, bem como a maior fonte de renda para a maioria dos produtores, apesar do grande obstáculo (firmas intermediárias), encravado no processo de comercialização.

ANEXOS

ANEXO I

TABELAS DO RELATÓRIO MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES

TABELA 1

EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE PRODUZIDA (EM TONELADAS), DA ÁREA COLHIDA (EM HA) E DO VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS (1960, 1970, 1980) A PREÇOS CONSTANTES DE 1980 - (EM MIL CRUZEIROS)

PRODUTOS	QUANTIDADE PRODUZIDA			ÁREA COLHIDA			VALOR DA PRODUÇÃO		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1980
Arroz	228	202	113	256	152	142	-	2.131	1.399
Banana	2.522,7	4.286,8	12.342	476	947	2.465	-	27.885	119.133
Cafê	2.023	924	1.899	3.390	1.371	1.848	-	23.474	67.570
Feijão	243	415	399	794	1.078	1.203	-	11.870	18.170
Milho	1.347	910	891	2.035	1.851	1.441	-	6.542	9.203
Laranja	-	702	1.168	-	117	83	-	2.250	4.325
Olericultura*	-	808	3.341	-	-	-	-	2.398	11.936
Ovos**	625	137	1.344	-	-	-	-	4.973	48.362
LEITE***	-	1.347	2.545	-	-	-	-	-	26.628

Fonte: FIBGE - Censo Agrícola - 1960
Censos Agropecuários - 1970/1980

*Computou-se apenas o tomate, cenoura, chuchu, pepino, pimentão, quiabo — folhosas: alface e cenoura

**Quantidade produzida em mil dúzias

***Quantidade produzida em mil litros.

TABELA 2

ALFREDO CHAVES - EVOLUÇÃO DO USO DO SOLO

	1960		1970		1975		1980	
	ÁREA (HA)	%	ÁREA (HA)	%	ÁREA (HA)	%	ÁREA (HA)	%
Lavoura Permanente	5.230	10,7	4.830	10,2	5.095	11,4	7.731	18,0
Lavoura Temporária	5.194	10,6	4.110	8,7	3.603	8,1	3.123	7,3
Matas e Florestas Naturais	9.518	19,5	7.443	15,7	7.247	16,2	6.949	16,2
Matas e Florestas Plantadas	249	0,5	62	0,1	35	0,1	50	0,1
Pastagens Naturais	4.980	10,2	6.909	14,6	18.272	40,9	19.442	45,2
Pastagens Plantadas	8.688	17,8	11.170	23,5	3.382	7,6	977	2,3
Terras Produtivas não Utilizadas	14.920	30,6	12.959	27,3	7.060	15,8	4.741	11,0
TOTAL	48.779	100,0	47.483	100,0	44.694	100,0	42.993	100,0

Fonte: FIBGE - Censo Agrícola - 1960

Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980.

TABELA 3

ALFREDO CHAVES - ESTRUTURA FUNDIÁRIA SEGUNDO ÁREA E NÚMERO DOS ESTABELECIMENTOS

ESTRATOS DE ÁREA	1960				1970				1980			
	Nº ESTAB.	%	ÁREA	%	Nº ESTAB.	%	ÁREA	%	Nº ESTAB.	%	ÁREA	%
0 - 10	47	4,97	336	0,64	70	6,64	389	0,74	138	12,5	715	1,04
10 - 50	553	58,5	16.852	31,4	568	53,8	14.306	27,1	615	55,8	15.526	31,1
50 - 100	230	24,3	16.852	32,0	275	26,0	17.808	33,8	220	20,0	14.565	29,1
+ 100	113	11,9	18.818	33,5	142	13,4	20.116	38,2	128	11,6	19.114	38,2
TOTAL	945	100	52.548	100	1.055	100	52.619	100	1.101	100	49.920	100

Fonte: FIDGE - Censos Agropecuários - 1970 e 1980
Censo Agrícola - 1960.

TABELA 4

ALFREDO CHAVES - PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIA

CATEGORIA	1960	1970	1975	1980
Mão-de-obra Familiar	2.606	2.824	2.694	2.872
Poceiros	718	469	284	448
Assalariados Permanentes	63	92	238	322
Assalariados Temporários	122	94	325	602
Outros	22	16	5	6
TOTAL	3.531	3.495	3.546	4.250

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980
Censo Agrícola 1960.

TABELA 5

ALFREDO CHAVES - NÚMERO DE TRATORES E ARADOS (MECÂNICO E MANUAL)

MUNICÍPIO	1960			1970			1975			1980		
	TRATORES TOTAL	ARADOS		TRATORES TOTAL	ARADOS		TRATORES TOTAL	ARADOS		TRATORES TOTAL	ARADOS	
		MEC	ANIMAL		MEC	ANIMAL		MEC	ANIMAL		MEC	ANIMAL
Alfredo Chaves	13	10	8	12	19	8	22	11	4	26	20	13

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980
Censo Agrícola 1960.

TABELA 6

PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS QUE UTILIZARAM TRATORES E ARADOS

	1960			1970			1975			1980		
	TRATORES TOTAL	ARADOS		TRATORES TOTAL	ARADOS		TRATORES TOTAL	ARADOS		TRATORES TOTAL	ARADOS	
		MEC	ANIMAL		MEC	ANIMAL		MEC	ANIMAL		MEC	ANIMAL
Média Alfredo Chaves	0,53	0,54	0,84	0,9	0,9	0,5	1,7	0,7	0,2	2,2	1,4	0,8
Média do Estado*	0,72	0,85	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: FIBGE - Censo Agrícola - 1960

Censos Agropecuários- 1970, 1975, 1980

*Chega-se à média pela relação entre o número de informantes que utilizaram tratores, arados (mecânico e animal), com o número total de estabelecimentos.

TABELA 7

ESTABELECIMENTOS QUE UTILIZARAM FERTILIZANTES E DEFENSIVOS

ALFREDO CHAVES - 1960/1970/1980

ANOS	FERTILIZANTES			DEFENSIVOS		
	QUÍMICO	ORGÂNICO	TOTAL	ANIMAL	VEGETAL	TOTAL
1960	-	-	15	-	-	-
1970	96	133	178	-	-	-
1980	651	422	712	631	465	820

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário - 1970/1980

Censo Agrícola - 1960.

TABELA 1

PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS QUE UTILIZAM FERTILIZANTES E DEFENSIVOS
TOTAL DE ALFREDO CHAVES E MÉDIA DO ESTADO.

	1960						1970						1980					
	FERTILIZANTES			DEFENSIVOS			FERTILIZANTES			DEFENSIVOS			FERTILIZANTES			DEFENSIVOS		
	QUÍMICO	ORGÂNICO	TOTAL	ANIMAL	VEGETAL	TOTAL	QUÍMICO	ORGÂNICO	TOTAL	ANIMAL	VEGETAL	TOTAL	ANIMAL	VEGETAL	TOTAL	ANIMAL	VEGETAL	
Alfredo Chaves	-	-	-	-	-	-	16,9	9,0	12,6	-	-	-	64,6	69,7	36,3	74,4	87,3	40,2
Média do Estado*	-	-	-	-	-	-	13,0	-	-	-	-	-	7,7	-	-	61,7	-	-

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários 1970, 1980
Censo Agrícola 1960

*Chega-se à média do Estado através da relação entre nº total de informantes que utilizaram fertilizantes com defensivos e o nº total de estabelecimentos.

TABELA 9

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL SEGUNDO O DESTINO, EM MIL CRUZEIROS, EM VALORES DE 1980

	1970					1980				
	DESTINO				ORIGEM	DESTINO				ORIGEM
	TOTAL	INVEST.	CUSTEIO	COMER.	GOV.	TOTAL	INVEST.	CUSTEIO	COMERC.	GOV.
Alfredo Chaves	3.877	2.782	473	-	3.700	65.307	11.846	15.635	160	65.539
Total do Estado	1.614.133	845.904	290.128	84.335	213.223	5.233.601	1.251.821	1.838.803	35.251	5.087.008

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários - 1970/1980

TABELA 10

USO DE CRÉDITO AGRÍCOLA POR ESTABELECIMENTOS

ANOS	NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	ESTABELECIMENTOS QUE INFORMARAM			
		INVEST.	CUSTEIO	COMERC.	TOTAL
1960	943	-	-	-	32
1970	1.055	38	8	-	47
1980	1.101	58	84	01	143

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários - 1970/1980
Censo Agrícola - 1960.

TABELA 11
CALENDÁRIO AGRÍCOLA
ALFREDO CHAVES

1. Plantio
2. Preparo da Terra
3. Aração
4. Gradagem

5. Tratos Culturais
6. Adubação Química
7. Adubação Orgânica
8. Colheita

9. Drenagem
 10. Defensivos
 11. Limpeza
- P - Pico de utilização de mão-de-obra

CULTURA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Banana			6	6	8			2	6	1		6
Pastagem			11									
Olericultura	todas as atividades o ano todo											
Café			6	6 P 8	P	P		2	6			
Milho		8						1/2		11		
Feijão	1/2	11		8								
Cacau	8											

Fonte: Escritório local da EMATER (Alfredo Chaves).

Tabela 11

ESCRITÓRIOS	CULTURAS	ATIVIDADES	M.D.O.	SECTOR	OBSERVAÇÕES	USO DE TECNOLOGIA
0 - 10	Banana/Café/Milho/ Feijão/Olericultura	Banana - 1/2/08(A) Café - 2/08(B) Milho - 1/2/08,11(C) Feijão - 1/2/08/11(D) Oleria - todos (E)	MOF/PA (troca dia)	Todos	Existe pecuária em menor expressão.	(A) Seleção de mudas, adaptação química/capina manual/ plantio manual/ uso defensivo/colheita manual/ desbaste/cosfoina. (B) Mudas seletivas/adaptação química/corva de nível/capina manual e química/defensivos (C) Tudo manual. (d) Tudo manual/adubação química/corva manual/escala. (e) Arado mecânico/adubação química/plantio manual/ sementes selecionadas/plantio manual/capina manual/ capina manual/pesticida/adubação química no cultivo tos culturais/irrigação aspersão/colheita manual
10 - 50	Banana/Café/milho/ Feijão/Olericultura/ Pecuária/Cacau	Pecuária - 11(F) Cacau - 5(G)	MOF/PA (troca dia)	Todos	Quase não existe At.	Pecuária (limpeza manual/herbicida, Cacau - colheita/capina, manuais.
50 - 100	Idem anterior	Idem	MOF/PA (troca dia)	Todos	At - minoria abso- luta.	Idem
+ 100	Idem, idem	Idem	Idem	Todos	-	Idem

Fonte: Escritório Técnico de EMATER (Alfredo Craves).

TABELA 13

ALFREDO CHAVES

POPULAÇÃO URBANA E RURAL - 1960/1970/1980

POPULAÇÃO	1960		1970		1980	
	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%
Urbana	1.561	15,34	2.295	22,00	3.201	29,19
Rural	8.618	84,66	8.137	78,00	7.766	70,81
TOTAL	10.179	100,00	10.432	100,00	10.967	100,00

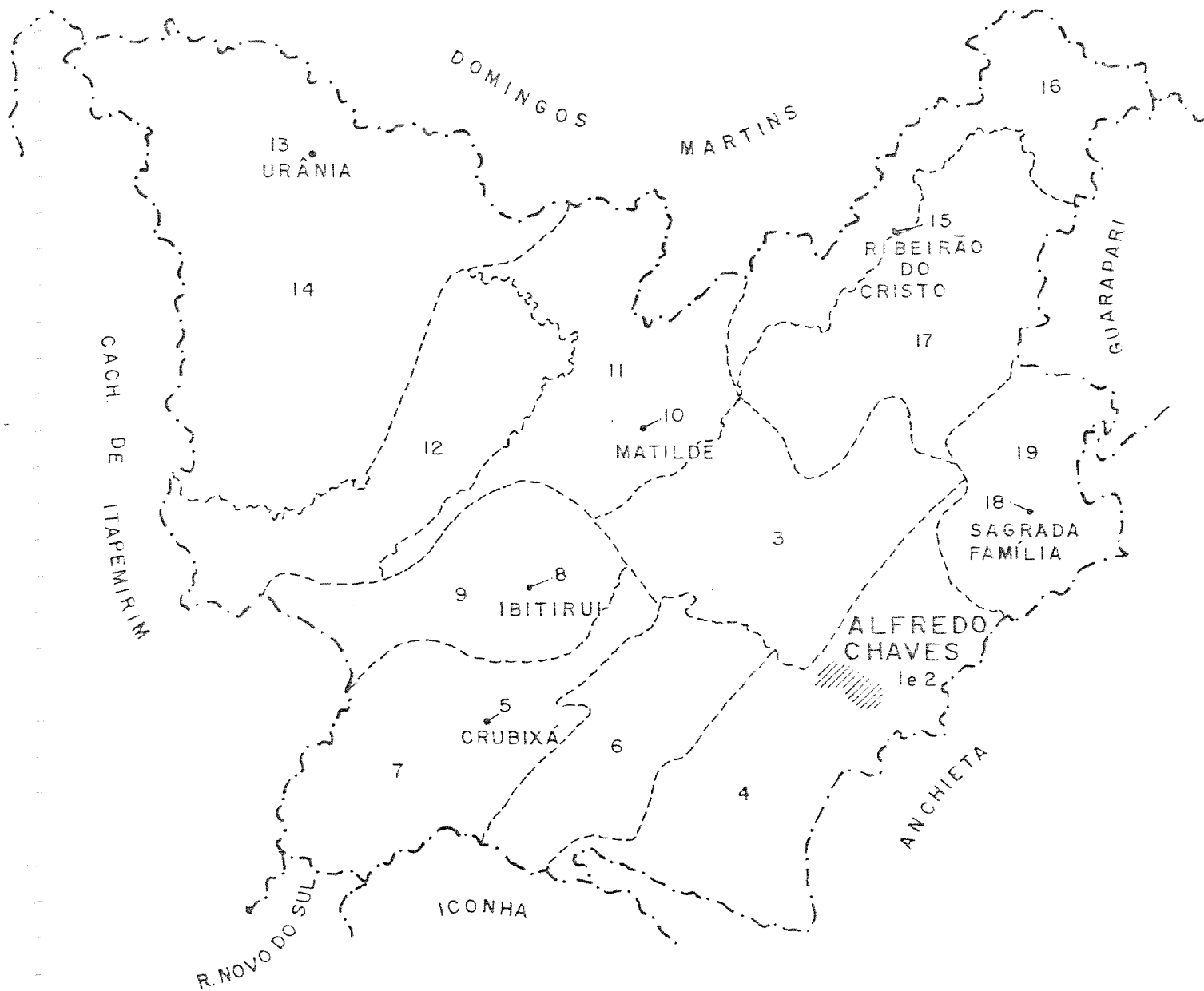
FONTE: FIBGE - Censos Demográficos do Espírito Santo - 1960/70/80.

ANEXO II

SETORES E DADOS CENSITÁRIOS

MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES

Setores censitários



CONVENÇÕES

— — — LIMITE DE MUNICÍPIO

////// SEDE MUNICIPAL

..... DIVISÃO DE SETORES CENSITÁRIOS



PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO

ESCALAS	CHAVES	SETOR 03	CULTURAS (I, II, III E IV)							urbano - mapa			
			A.Ocupada	% A.Ocup	PROF	% PROF	A L P	% ALP	A L T	% ALT	P.Ocup	TRAT.	E D V
0-10	0,00	0,000	0	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0	0	0	0	0
10-50	71,800	10,123	4	76,364	20,50	25,671	2,00	2,777	7	1	67	5	0
50-100	87,00	2,151	1	9,591	0,85	6,225	0,00	0,000	4	1	0	0	0
100-500	514,00	50,182	4	76,364	59,00	10,481	28,00	0,840	34	1	195	11	0
500-1000	0,00	0,000	0	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0	0	0	0	0
+1000	0,00	0,000	0	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0	0	0	0	0
T O T A L	655,00	100,000	11	100,000	87,95	12,521	30,50	0,400	45	4	268	16	0

ESCALAS	CHAVES	SETOR 02	CULTURAS (I, II, III E IV)							urbano - mapa			
			A.Ocupada	% A.Ocup	PROF	% PROF	A L P	% ALP	A L T	% ALT	P.Ocup	TRAT.	E D V
0-10	113,800	2,006	17	16,048	57,80	53,272	21,00	20,027	36	0	13	29	0
10-50	1404,00	51,844	37	54,365	475,00	32,175	140,00	9,454	162	0	320	220	0
50-100	1127,00	20,954	17	16,048	315,00	27,775	24,00	7,453	31	0	407	68	0
100-500	2173,00	42,194	17	16,000	182,00	14,710	110,00	3,890	75	0	590	207	0
500-1000	0,00	0,000	0	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0	0	0	0	0
+1000	0,00	0,000	0	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0	0	0	0	0
T O T A L	2714,80	100,000	104	100,000	1141,80	34,270	359,00	7,801	240	0	1300	513	0

ESCALAS	CHAVES	SETOR 04	CULTURAS (I, II, III E IV)							urbano - mapa			
			A.Ocupada	% A.Ocup	PROF	% PROF	A L P	% ALP	A L T	% ALT	P.Ocup	TRAT.	E D V
0-10	249,10	0,513	41	20,040	117,00	50,104	41,85	16,837	3	0	21	70	0
10-50	2457,00	75,745	111	59,577	638,00	27,207	175,00	0,104	412	0	302	440	0
50-100	1156,00	15,654	19	11,215	239,00	20,194	38,00	0,204	107	0	685	167	0
100-500	1564,10	29,019	14	7,827	213,50	10,057	50,00	0,119	165	0	507	130	0
500-1000	595,00	5,060	1	0,505	72,50	10,195	0,00	0,000	5	0	91	10	0
+1000	0,00	0,000	0	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0	0	0	0	0
T O T A L	6357,92	100,000	166	100,000	1049,90	26,201	314,55	4,947	707	0	2594	638	0

ESCALAS	CHAVES	SETOR 05	CULTURAS (I, II, III E IV)							urbano - mapa			
			A.Ocupada	% A.Ocup	PROF	% PROF	A L P	% ALP	A L T	% ALT	P.Ocup	TRAT.	E D V
0-10	0,00	0,000	0	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0	0	0	0	0
10-50	0,00	0,000	0	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0	0	0	0	0
50-100	0,00	0,000	0	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0	0	0	0	0
100-500	11,00	10,000	1	100,000	22,00	30,000	0,00	0,000	7	0	70	42	0
500-1000	0,00	0,000	0	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0	0	0	0	0
+1000	0,00	0,000	0	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0	0	0	0	0
T O T A L	11,00	10,000	1	100,000	22,00	30,000	0,00	0,000	7	0	70	42	0

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO

UF/PROJ	CHAVE	SETOR 11	DISTRIBUIÇÃO (R\$) - 11/1 E 11/2									
UF/PROJ	CHAVE	PROJ	% PROJ	A L F	% ALF	A L T	% ALT	FUN	TRAT	B O V	B O C	A L B
RS/100	8100	10000	1	1,000	1,00	20,000	0,00	0,000	0	0	0	0
RS/100	8100	10000	14	48,000	30,00	0,000	0,00	0,000	0	0	0	0
RS/100	8100	10000	19	67,500	100,00	0,000	0,00	0,000	0	0	0	0
RS/100	8100	10000	15	51,750	107,50	0,000	0,00	0,000	0	0	0	0
RS/100	8100	10000	0	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0	0	0	0
RS/100	8100	10000	6	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0	0	0	0
RS/100	8100	10000	69	100,000	100,00	0,000	0,00	0,000	0	0	0	0

UF/PROJ	CHAVE	SETOR 12	DISTRIBUIÇÃO (R\$) - 12/1 E 12/2									
UF/PROJ	CHAVE	PROJ	% PROJ	A L F	% ALF	A L T	% ALT	FUN	TRAT	B O V	B O C	A L B
RS/100	8100	10000	1	1,000	2,00	20,000	0,00	0,000	0	0	0	0
RS/100	8100	10000	13	48,000	107,00	16,000	68,00	0,000	0	0	0	0
RS/100	8100	10000	12	50,500	107,00	12,500	110,00	0,000	0	0	0	0
RS/100	8100	10000	12	19,500	202,00	0,000	44,00	0,000	0	0	0	0
RS/100	8100	10000	1	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0	0	0	0
RS/100	8100	10000	0	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0	0	0	0
RS/100	8100	10000	71	100,000	628,00	18,500	221,00	0,000	0	0	0	0

UF/PROJ	CHAVE	SETOR 14	DISTRIBUIÇÃO (R\$) - 14/1 E 14/2									
UF/PROJ	CHAVE	PROJ	% PROJ	A L F	% ALF	A L T	% ALT	FUN	TRAT	B O V	B O C	A L B
RS/100	8100	10000	10	19,500	19,50	16,000	48,00	47,000	21	0	0	0
RS/100	8100	10000	16	50,000	78,50	0,000	148,00	10,500	61	0	0	0
RS/100	8100	10000	01	16,000	42,50	0,000	178,00	10,000	78	0	0	0
RS/100	8100	10000	13	10,000	77,00	0,000	226,00	0,000	107	0	0	0
RS/100	8100	10000	1	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0	0	0	0
RS/100	8100	10000	1	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0	0	0	0
RS/100	8100	10000	70	100,000	170,50	0,000	874,00	20,500	101	0	0	0

UF/PROJ	CHAVE	SETOR 16	DISTRIBUIÇÃO (R\$) - 16/1 E 16/2									
UF/PROJ	CHAVE	PROJ	% PROJ	A L F	% ALF	A L T	% ALT	FUN	TRAT	B O V	B O C	A L B
RS/100	8100	10000	07	55,750	55,50	57,000	61,00	40,000	74	0	0	0
RS/100	8100	10000	01	41,250	171,00	13,000	70,50	0,000	13	0	0	0
RS/100	8100	10000	14	17,500	147,50	14,000	56,70	0,000	53	0	0	0
RS/100	8100	10000	06	7,500	139,00	10,000	38,50	0,000	67	0	0	0
RS/100	8100	10000	0	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0	0	0	0
RS/100	8100	10000	0	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0	0	0	0
RS/100	8100	10000	36	116,000	511,40	18,000	247,00	70,000	337	0	0	0

PROGRAMAS DE DESARROLLO REGIONAL INTEGRADO

MUNICIPIO DE CHAVES		SECTOR 17		CULTURAS (111 - 111 E 111)									
SECTOR	ALCOFADA	N. ALCOF.	PROP.	N. PROP.	A. L. F.	N. A. L. F.	A. L. T.	N. A. L. T.	AV. L.	PROP.	P. O. V.	E. L. I.	A. L. I. S.
1	111,000	1,500	11	11,000	50,000	50,000	20,000	20,000	40	1	00	00	00
2	222,000	20,000	24	24,000	100,000	100,000	40,000	40,000	80	1	00	00	00
3	333,000	30,000	33	33,000	150,000	150,000	60,000	60,000	120	1	00	00	00
4	444,000	40,000	44	44,000	200,000	200,000	80,000	80,000	160	1	00	00	00
5	555,000	50,000	55	55,000	250,000	250,000	100,000	100,000	200	1	00	00	00
6	666,000	60,000	66	66,000	300,000	300,000	120,000	120,000	240	1	00	00	00
7	777,000	70,000	77	77,000	350,000	350,000	140,000	140,000	280	1	00	00	00
8	888,000	80,000	88	88,000	400,000	400,000	160,000	160,000	320	1	00	00	00
9	999,000	90,000	99	99,000	450,000	450,000	180,000	180,000	360	1	00	00	00

MUNICIPIO DE CHAVES		SECTOR 18		CULTURAS (111 - 111 E 111)										urbano - mapa	
SECTOR	ALCOFADA	N. ALCOF.	PROP.	N. PROP.	A. L. F.	N. A. L. F.	A. L. T.	N. A. L. T.	AV. L.	PROP.	P. O. V.	E. L. I.	A. L. I. S.		
10	10,000	10,000	10	10,000	10,000	10,000	10,000	10,000	10	1	00	00	00		
11	20,000	20,000	20	20,000	20,000	20,000	20,000	20,000	20	1	00	00	00		
12	30,000	30,000	30	30,000	30,000	30,000	30,000	30,000	30	1	00	00	00		
13	40,000	40,000	40	40,000	40,000	40,000	40,000	40,000	40	1	00	00	00		
14	50,000	50,000	50	50,000	50,000	50,000	50,000	50,000	50	1	00	00	00		
15	60,000	60,000	60	60,000	60,000	60,000	60,000	60,000	60	1	00	00	00		
16	70,000	70,000	70	70,000	70,000	70,000	70,000	70,000	70	1	00	00	00		
17	80,000	80,000	80	80,000	80,000	80,000	80,000	80,000	80	1	00	00	00		
18	90,000	90,000	90	90,000	90,000	90,000	90,000	90,000	90	1	00	00	00		

MUNICIPIO DE CHAVES		SECTOR 19		CULTURAS (111 - 111 E 111)									
SECTOR	ALCOFADA	N. ALCOF.	PROP.	N. PROP.	A. L. F.	N. A. L. F.	A. L. T.	N. A. L. T.	AV. L.	PROP.	P. O. V.	E. L. I.	A. L. I. S.
19	19,000	19,000	19	19,000	19,000	19,000	19,000	19,000	19	1	00	00	00
20	38,000	38,000	38	38,000	38,000	38,000	38,000	38,000	38	1	00	00	00
21	57,000	57,000	57	57,000	57,000	57,000	57,000	57,000	57	1	00	00	00
22	76,000	76,000	76	76,000	76,000	76,000	76,000	76,000	76	1	00	00	00
23	95,000	95,000	95	95,000	95,000	95,000	95,000	95,000	95	1	00	00	00
24	114,000	114,000	114	114,000	114,000	114,000	114,000	114,000	114	1	00	00	00
25	133,000	133,000	133	133,000	133,000	133,000	133,000	133,000	133	1	00	00	00
26	152,000	152,000	152	152,000	152,000	152,000	152,000	152,000	152	1	00	00	00
27	171,000	171,000	171	171,000	171,000	171,000	171,000	171,000	171	1	00	00	00
28	190,000	190,000	190	190,000	190,000	190,000	190,000	190,000	190	1	00	00	00

MUNICIPIO DE ALFREDO CHAVES

SECTOR	ALCOFADA	N. ALCOF.	PROP.	N. PROP.	A. L. F.	N. A. L. F.	A. L. T.	N. A. L. T.	AV. L.	PROP.	P. O. V.	E. L. I.	A. L. I. S.
29	17,000	17,000	17	17,000	17,000	17,000	17,000	17,000	17	1	00	00	00
30	34,000	34,000	34	34,000	34,000	34,000	34,000	34,000	34	1	00	00	00
31	51,000	51,000	51	51,000	51,000	51,000	51,000	51,000	51	1	00	00	00
32	68,000	68,000	68	68,000	68,000	68,000	68,000	68,000	68	1	00	00	00
33	85,000	85,000	85	85,000	85,000	85,000	85,000	85,000	85	1	00	00	00
34	102,000	102,000	102	102,000	102,000	102,000	102,000	102,000	102	1	00	00	00
35	119,000	119,000	119	119,000	119,000	119,000	119,000	119,000	119	1	00	00	00
36	136,000	136,000	136	136,000	136,000	136,000	136,000	136,000	136	1	00	00	00
37	153,000	153,000	153	153,000	153,000	153,000	153,000	153,000	153	1	00	00	00
38	170,000	170,000	170	170,000	170,000	170,000	170,000	170,000	170	1	00	00	00

